

Apresentação

O objetivo deste dossiê é explorar analiticamente o significado que possuem as relações e moralidades pessoais especificamente nas práticas estatais e formas de engajamento e militância política. Nove do total de dez artigos aqui reunidos foram, inicialmente, apresentados e discutidos em Grupo de Trabalho por nós coordenado, com o mesmo nome, na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, ocorrida em Natal (RN) em agosto de 2014. O artigo do antropólogo Nicolas Jaoul (CNRS), que tem desenvolvido investigações na Índia, consiste em palestra por ele proferida na Universidade Federal Fluminense, em novembro de 2013, como parte das atividades do projeto “Modos de Governo e Práticas Econômicas Ordinárias” (Acordo CAPES-COFECUB). A inclusão do texto no dossiê tem por propósito ampliar nosso campo de comparação e o diálogo em torno de questões que atravessam os demais artigos.

Não é de hoje que diferentes autores, nacionais e estrangeiros, têm salientado a importância das relações pessoais no ordenamento da vida social brasileira. Segundo essas abordagens, recorrer aos vínculos de parentesco, ao apadrinhamento, às relações de amizade e de camaradagem, entre outras, constitui uma

prática recorrente e difundida em nossa sociedade, sendo em alguns casos até mesmo interpretada como uma espécie de traço cultural próprio e peculiar de nosso “caráter nacional”.

Consideradas do ponto de vista das teorias modernizantes, estas relações têm sido interpretadas em termos moralizantes e normativos. Segundo essas perspectivas, a identificação da presença destas relações na administração pública e nas instituições políticas é frequentemente interpretada como sobrevivência de práticas tradicionais e sinal de fraca institucionalização. No âmbito das investigações sobre as formas de participação eleitoral e de engajamento político, as análises em termos de clientelismo responsabilizam tais relações pelas limitações e fragilidades constantes da democracia, uma vez que são vistas em clara oposição aos vínculos horizontais de engajamento cívico. Dessa forma, tais perspectivas contribuem para obscurecer os significados que tais relações adquirem para o conjunto dos atores envolvidos em processos estatais e políticos.

Nos últimos anos ocorreram mudanças nesse quadro, através de estudos realizados sobre a política, a economia, a administração pública e os movimentos sociais. Assim, relações de amizade, familiares, obrigações morais e sentimentos de gratidão, entre outros, têm sido examinados como elementos constitutivos das situações sociais em foco. Na administração pública, relações pessoais tornam-se um recurso social importante de domesticação da burocracia estatal, uma forma de recusa à impessoalidade ou racionalidade burocrática. Nas trajetórias de engajamento e de participação política, os amigos e colegas surgem como uma dimensão importante do recrutamento e da formação de redes de militância política.

Em consonância com essas mudanças, o objetivo desse dossiê é refletir sobre como as relações pessoais são concebidas e avaliadas em diferentes espaços sociais e como são estabelecidas as fronteiras entre tais relações e as condutas tidas como adequadas ao Estado e à militância política.

O dossiê está organizado em três partes. A primeira reúne os trabalhos que tratam dos laços pessoais e afetivos no âmbito das práticas estatais e da administração pública. A segunda trata das relações pessoais no universo das formas de engajamento político e das formas de intervenção das Organizações Não Governamentais (ONGs). Por fim, a terceira parte se atém à importância desses tipos de vínculos para a militância e a atuação profissional em partidos políticos.

O primeiro artigo intitulado “Entre razões técnicas e morais: a avaliação das práticas estatais em Juiz de Fora-MG no fim do século XIX”, de Luciano Senna Peres Barbosa, trata dos processos de legitimação da administração pública, com base na investigação da polêmica suscitada pela implantação do plano de saneamento da cidade de Juiz de Fora/MG no ano de 1894. O autor demonstra que, no momento de expansão das atividades estatais sobre o cotidiano dos moradores, a definição do papel político, dos limites e dos procedimentos da administração municipal está fortemente imbricada com concepções de respeitabilidade e com formas de resolução de conflitos pessoais.

O segundo artigo intitulado “A Boa Índole Moral: como o governo se constitui em uma comunidade de alemães da Encosta da Serra/RS”, de Everton de Oliveira analisa a importância da moral comunitária na produção do governo e na gestão pública em uma colônia alemã. Nesse contexto mais do que a categoria analítica do Estado, era a moral comunitária fundada na dor e sofrimento de seus moradores, apreciada como ingrediente de “boa índole moral”, que constituía a categoria principal de avaliação de seus gestores e da própria complexidade da gestão pública.

O terceiro artigo intitulado “Uma administração pública indígena: ‘Burocratas’ e ‘representantes’ na Secretaria Estadual para os Povos Indígenas (SEIND) do estado do Amazonas” de Tiemi Kayamori Lobato da Costa realiza um acompanhamento das atividades cotidianas da Secretaria de Estado para os Povos Índi-

genas (SEIND), órgão vinculado ao poder executivo do estado do Amazonas, Brasil. Através disso, a autora demonstra que a imbricação entre diferentes formas de *estar* na administração pública (como indígena, servidor, indígena-servidor, representante, técnico, entre outros) imprime grande fluidez às concepções de ‘Estado’ e de ‘indianidade’. Essa etnografia da administração pública traz à tona a importância das rotinas administrativas, da percepção dos servidores a respeito de seus trabalhos e das interações interinstitucionais para a recriação e atualização das diferentes formas de *estar* e de *fazer* a administração pública na SEIND.

Fechando essa parte, o quarto artigo intitulado “Espaços participativos nas políticas culturais brasileiras: encontros presenciais e o lugar do artístico e do cultural na atuação política da sociedade civil”, de Lorena Avellar de Muniagurria, examina a atuação de representantes da sociedade civil nos principais espaços participativos institucionalizados do Ministério de Cultura brasileiro. Trazendo à tona elementos comumente pensados como alheios à política institucional para a constituição desses representantes, dos seus grupos e redes de militância e de suas agendas políticas, a autora mostra que é a partir do compartilhamento de cantos, danças, festas e experiências consideradas pessoais e afetivas, entremeadas às discussões políticas, que essas pessoas se instituem como representantes legítimos de seus segmentos e se reconhecem como aliados nas políticas culturais.

Na segunda parte, nosso olhar se desloca para as dinâmicas das lutas sociais na defesa de causas, as formas de engajamento político e as formas de atuação das ONGs. O quinto artigo intitulado “Lutas por terras e engajamentos políticos: relações pessoais em e entre movimentos sociais no interior do Paraná” de Dibe Salua Ayoub, examina o modo como os laços de familiaridade e de território são acionados nas práticas políticas de movimentos de luta pela terra no município de Pinhão (PR). Esses movimentos sociais reivindicam terras que, em termos jurídicos, pertencem a uma empresa madeireira, a qual atualmente negocia esses

terrenos com o INCRA, que deverá destiná-los à reforma agrária. Mesmo que apresentem acentuadas diferenças em termos de organização, projetos de regularização fundiária e propostas políticas de ocupação em jogo, os distintos grupos, movimentos e modos de luta pelo território se constituem em relação uns com os outros, seja em virtude das disputas, acordos e conflitos entre seus membros e lideranças, ou devido às proximidades espaciais e relações de amizade e de parentesco que existem entre os sujeitos que constituem essas coletividades.

O sexto artigo intitulado “Carreiras Militantes, Redes de Sociabilidade e Formas de Engajamento na Luta contra a AIDS em Sergipe” de Fernanda Rios Petrarca e Maria Rita Ribeiro, examina os atores vinculados à luta contra a AIDS em Sergipe, evidenciando as conexões entre eles e o conjunto de laços sociais que mobilizam e que os conduzem ao investimento militante. Com base na relação entre itinerários, formas de socialização, recursos individuais e formas de engajamento na defesa de tal causa, as autoras salientam três padrões de carreira característicos: primeiro as que estão marcadas pelas redes profissionais; segundo, aquelas que estão pautadas pelo pertencimento simultâneo a vários espaços de mobilização e, por fim, carreiras definidas pela contaminação com o vírus e redes decorrentes do tratamento com a doença.

O sétimo artigo intitulado, “Um projeto chama outro’: trajetórias, relações pessoais e engajamento militante em contexto de projetos sociais para jovens moradores de favela” de Patrícia Lânes Araujo de Souza desenvolve sua reflexão sobre as formas de inserção no universo dos projetos sociais e ONGs e a relação entre tal inserção, militância e expectativas e realizações educacionais e profissionais considerando relações de amizade, parentesco e vizinhança. Esses projetos sociais realizados pelo governo ou por organizações não governamentais se tornaram comuns em muitas favelas de grandes cidades do Brasil, em especial do Rio de Janeiro, a partir da década de 1990. A partir da história de vida de dois moradores de um conjunto de favelas localizado na zona

norte do Rio de Janeiro a ideia de que “um projeto chama outro” é retomada para demonstrar as articulações possíveis entre relações pessoais e trajetórias de militância de moradores de favelas.

Fechando essa parte, o oitavo artigo intitulado “Politics against the grain. The Dalit movement of Uttar Pradesh in the throes of NGOization” de Nicolas Jaoul examina os efeitos da “ONGização” na trajetória política dos dalits (“intocáveis”), concentrando-se em um estudo de caso da província de Uttar Pradesh, destacando as maneiras criativas pelas quais os financiamentos promovidos pelas instituições internacionais estão sendo utilizados e para que efeitos. Em um contexto altamente politizado como Uttar Pradesh, os atores locais deste processo de “ONGização” defendem ativamente as suas concepções e práticas políticas envolvendo-se em reflexividade crítica de sua práxis política. Todavia, sua dependência de agências de financiamento exige ajustes táticos de seu trabalho político, de modo a caber normas tecnocratas, cujas exigências e custos pode ser desgastante.

Na terceira parte o foco são as organizações partidárias a partir de olhares sobre organizações e práticas que tem recebido pouca atenção da literatura. O nono artigo intitulado “Permanências e deslocamentos de jovens militantes de partidos políticos” de Ana Karina Brenner examina a emergência de novas formas de engajamento e dos deslocamentos dos jovens militantes para elas e suas relações com a persistência de formas tradicionais de engajamento em partidos políticos. Com base na articulação entre a dimensão da socialização e das disposições com uma dimensão sincrônica que se revela nas interações vividas pelo sujeito no presente ou no passado próximo, a autora mostra o quanto as redes de interação constituem os ingredientes da ativação e transformação das disposições em prática. Nesse sentido, observa que as redes de sociabilidade tiveram lugar bastante central no momento da crise política produzida entre 2003 e 2005 com os casos da Reforma da Previdência e do Mensalão que levaram à criação do PSOL a partir de militantes dissidentes do PT.

Por fim, fechando o dossiê, o décimo artigo intitulado “Repertórios Organizacionais, Relações Pessoais e Atuação Profissional em Partidos Políticos”, de Wilson José Ferreira de Oliveira analisa os funcionários que ocupam cargos remunerados em diretórios de partidos políticos, contrariando uma tendência muito presente nas análises dos partidos políticos de se centrar quase que exclusivamente na investigação dos candidatos e eleitos. Com base na realização de observação participante, questionários e entrevistas biográficas focando nas relações entre dinâmicas organizacionais, atributos sociais, relações pessoais e concepções de política vinculadas ao ingresso e à atuação profissional em partidos políticos, o autor demonstra que variadas formas de relações pessoais constituem ingredientes fundamentais para o ingresso e a permanência em organizações partidárias, fazendo-se presente em todos os partidos pesquisados, independente das siglas e orientações ideológicas.

A partir de um conjunto diversificado de perspectivas, procedimentos e referenciais empíricos de investigações, os textos aqui reunidos evidenciam como as relações, lógicas e moralidades pessoais são concebidas e colocadas em prática em diferentes espaços sociais. Nesse sentido, esperamos que contribuam com análises sobre os significados que as relações pessoais adquirem para os sujeitos no âmbito de instituições e atividades políticas diversificadas.

Uma excelente leitura!!!

*Marcos Otavio Bezerra*¹

*Wilson José F. de Oliveira*²

¹ Doutor em Antropologia Social. Professor titular da Universidade Federal Fluminense (UFF) no Programa de Pós-Graduação em Antropologia e em Sociologia. Pesquisador de produtividade em pesquisa do CNPq. Email: motavio.bezerra@gmail.com

²Doutor em Antropologia Social. Filiação institucional: Prof. Associado III da Universidade Federal de Sergipe. Pesquisador de produtividade em pesquisa do CNPq. Áreas de interesse: Etnografia Política; Movimentos Sociais; Partidos Políticos; Políticas Públicas. Email: etnografia.politica@gmail.com